

# *Relações sociopolíticas na indústria siderúrgica: processos de desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro*

Rodrigo Salles Pereira dos Santos

Este capítulo discute dois casos de implantação de empreendimentos siderúrgicos de grande porte – grandes projetos de investimento – em localidades costeiras no Brasil. Trata, primeiramente, estes empreendimentos como fatos ou acontecimentos econômicos indutores de processos de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico é entendido aqui como um processo de transformação estrutural, e implica em uma mudança qualitativa nas formas de vida de contingentes populacionais numerosos, chegando mesmo a comprometer as condições de reprodução social de alguns deles<sup>1</sup>.

Dessa forma, o texto introduz a noção de que é a aludida transformação estrutural, isto é, a ameaça à reprodução de uma dada estrutura social, que induz a recomposição das relações entre agentes dotados de recursos fundamentalmente diversos. Assim, uma segunda dimensão do desenvolvimento econômico, materializada através de grandes projetos de investimento, é a constituição de arenas relacionais – nos casos estudados, de natureza sidero-logística.

A magnitude de tais empreendimentos gera, nesse sentido, uma reconfiguração das relações entre os agentes econômicos, políticos e sociais. Define-se,

---

<sup>1</sup> Este capítulo se baseia em tese de doutoramento defendida pelo autor em 2010, no PPGSA-UFRJ e contou com o apoio do CNPq e da FAPERJ, através do projeto 'Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania no Rio de Janeiro: as experiências da Baixada e do Sul Fluminense'.

aqui, a arena como uma estrutura de relações no interior da qual a diversidade de recursos portados e mobilizados pelos agentes não implica em assimetrias estáticas. Nesse sentido, o capítulo privilegia uma variedade destas relações, sociopolíticas propriamente, de modo a explicitar sua relevância específica e os modos de sua mobilização em ambos os implantantes siderúrgicos.

O capítulo conta com duas seções. A primeira focaliza o caso do Polo Siderúrgico de São Luís e da mobilização sociopolítica em torno do Reage São Luís, um agrupamento ou rede de movimentos sociais criado em contraposição ao projeto do Polo. Discute-se as características do projeto, mas centra-se nas propriedades distintivas do Reage São Luís: a coalizão assimétrica de interesses das camadas médias urbanas e populações rurais/tradicionais que o constitui; a tecnificação do contradiscurso que propõe; e, a aspiração à representação de interesses gerais. Também discute os efeitos da referida mobilização sociopolítica tanto sobre a ação econômica, quanto sobre a política.

A segunda seção apresenta o caso do complexo sidero-logístico implantado na fração costeira sul do estado do Rio de Janeiro. Neste exemplo, o agente econômico logrou implantar o empreendimento. No entanto, a mobilização sociopolítica de um grupo social específico, os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, questionou incessantemente sua operação através da mobilidade escalar da crítica/contestação social que empreendeu. Aqui, os resultados desta mobilização foram menos expressivos, mas a estratégia adotada espelhou a organização em rede do agente econômico, tendo assumido grande potencial de moralização da atividade econômica.

## SIDERURGIA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: A PROPOSTA DO POLO E A MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO REAGE SÃO LUÍS

A constituição do chamado “Polo Siderúrgico de São Luís” remonta a fevereiro de 2004, quando a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale S.A. (Vale)<sup>2</sup>, divulgou um comunicado à imprensa, informando a assinatura, junto à Baosteel Shanghai Group Corp. (Baosteel), de um Acordo de Prestação de Serviços de Engenharia Básica e Estudo de Viabilidade de um

---

<sup>2</sup> Em 2008, a companhia passou a utilizar o nome fantasia Vale, em detrimento da sigla CVRD, e, apenas em 2009, alterou seu nome legal. Em 2010, a Vale era a maior mineradora de ferro do mundo, possuindo capacidade instalada de 417,1 Mtpa., enquanto suas principais concorrentes dispunham de capacidades mais modestas: Rio Tinto Group (273,7 Mtpa.) e BHP Billiton Group (188,5 Mtpa.) (Santos, 2010, 272).

projeto siderúrgico com as empresas Ferrostaal AG e CISDI Engineering Co. Ltd. O 'Acordo' foi assinado em Xangai, China, sob a presença do então Governador do Estado do Maranhão (2002-2006), José Reinaldo Tavares, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

As características técnicas iniciais do projeto de *joint venture*, que já mencionava a participação da então Arcelor<sup>3</sup>, diziam respeito a uma usina integrada com capacidade de 3,7 Mtpa. e expansível para 7,5 Mtpa. de placas de aço (CVRD, 2004 a). O anúncio foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira, que forneceu maiores detalhes sobre estimativas de custo de implantação, em torno de US\$ 1,5 bilhão; de início de operação em 2007 e previsão de expansão; assim como sobre sua orientação exportadora para os EUA e a liderança acionária da Baosteel (Brandão Jr., 2004 a; DCI, 2004; Ribeiro, 2004; Rodrigues, 2004). Logo após o anúncio, a imprensa noticiava a presença de executivos da CVRD e da Baosteel em São Luís para “conhecer de perto os sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica” (Monteles, 2004). Em outubro, a Baosteel havia obtido US\$ 1,2 bilhão em empréstimos do Export-Import Bank of China (Gazeta Mercantil, 2004).

Ainda em junho, noticiava-se um aumento significativo do escopo do projeto<sup>4</sup> CVRD-Baosteel-Arcelor em São Luís, que compreenderia “três módulos de 7 milhões de toneladas – cada módulo sendo dividido em duas fases, com pouco mais de 3,5 milhões de toneladas por etapa” (Magnavita, 2004 a). Um dos módulos<sup>5</sup> do projeto ampliado teria então a sul coreana Pohang Iron & Steel Co. (POSCO) à frente – potencialmente com a japonesa Nippon Steel & Sumitomo Metal Corp. e a própria CVRD como sócias minoritárias (Magnavita, 2004 a). Os custos estimados do projeto foram elevados para US\$ 9 bilhões, e geração anunciada de empregos nas fases de implantação e de operação ampliado para 50 mil e 10 mil, respectivamente (Collet, 2004; DAMÉ, 2004).

A estratégia locacional (ilha do Maranhão<sup>6</sup>) da Vale e a rota produtiva (integração parcial com foco no fornecimento de placas para os mercados norte-americano e europeu) do projeto são exemplares do processo de trans-

---

3 Em julho de 2004, o então presidente da Arcelor – desde 2006, ArcelorMittal S.A., Guy Dollé, confirmava o interesse da empresa em participar do empreendimento e estimava seus custos de implantação entre US\$ 1,5 e US\$ 2,5 bilhões (Saboya, 2004).

4 Além dos três módulos, previa-se a implantação de duas usinas de produção de ferro gusa, matéria-prima para a fabricação de aço – além de uma usina termelétrica movida à carvão mineral.

5 Cada módulo corresponderia a uma usina siderúrgica de processo integrado, que compreende, essencialmente, quatro etapas: a preparação de matérias-primas, a redução (produção de ferro gusa em alto forno), o refino ou fabricação de aço e, por fim, a laminação ou acabamento de produtos de aço.

6 Além de São Luís, a ilha compreende os municípios de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, constituindo a Região Metropolitana de São Luís. Em 2007, a ilha possuía 1.266.366 habitantes estimados.

nacionalização contemporâneo da siderurgia. O Polo Siderúrgico de São Luís representaria assim, um *greenfield* costeiro *low-tech* (Santos, 2010, p. 14-17) bastante atrativo. A Vale persegue dessa forma, uma estratégia de atração de grupos siderúrgicos estrangeiros com vistas à expansão tanto da oferta de minério e serviços industriais no Brasil<sup>7</sup> quanto de *market share* em diversos mercados estrangeiros.

As três usinas integradas, a serem operadas através de *joint ventures* estabelecidas entre a Vale e os grupos chinês Baosteel, europeu Arcelor e sul-coreano POSCO<sup>8</sup>, deveriam produzir conjuntamente cerca de 22,5 Mtpa. de aço, o que corresponderia a pouco menos da metade da capacidade instalada atual do parque produtivo brasileiro – 48,4 Mtpa. (Instituto Aço Brasil, 2014).

Este grande projeto de investimento (GPI) (Vainer, 1990), compreendido como uma coalizão de estratégias econômicas *strictu sensu*, representaria potencialmente, no entanto, uma transformação estrutural do município de São Luís, e da ilha como um todo.

“A área prevista para o Polo abrange 2.471 hectares localizados entre o Porto de Itaqui e o Rio dos Cachorros, distante 6,0 quilômetros do centro da cidade de São Luís. Trata-se de uma área densamente habitada e utilizada por populações tradicionais, onde mais de 14.400 pessoas compõem um mosaico de 12 comunidades<sup>9</sup> compreendidas por comunidades rurais, comunidades ribeirinhas de marisqueiros e pescadores, e comunidades quilombolas. Essas comunidades desenvolvem as atividades econômicas da pesca, mariscagem, agricultura, pecuária e artesanato”. (Rodríguez, 2006, p.20).

Assim, a conversão compulsória deste território de ocupação tradicional em espaço adequado à atividade industrial siderúrgica converteu-se no fator crítico da reconfiguração das relações entre os agentes econômicos (firmas e grupos minero-siderúrgicos), políticos (os diversos poderes e instâncias governamentais) e sociais envolvidos na transformação aludida. O Governo do Es-

---

7 O *Chief Financial Officer* (CFO) da CVRD, Fábio Barbosa, explicitou essa diretriz ao afirmar que a empresa analisava a viabilidade de novos projetos siderúrgicos, dependentes do interesse de sócios majoritários potenciais, em Corumbá (MS) e no Espírito Santo (ES) (Ferrari, 2004).

8 Quanto ao potencial interesse do grupo alemão ThyssenKrupp AG em ingressar no terceiro módulo do “polo siderúrgico” – posteriormente frustrado, a primeira referência remete ao jornal o Estado de São Paulo, de setembro de 2004 (Teresa; Brandão Jr., 2004).

9 Dentre as comunidades ameaçadas de remoção, se encontravam as de Cajueiro, Vila Maranhão, Rio dos Cachorros e Taim, enquanto as de Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandi-ba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Madureira seriam indiretamente afetadas.

tado do Maranhão tornou a área passível de desapropriação a partir de 2004<sup>10</sup> (Sant'Ana Jr. et al., 2009, p.30).

Ainda que a legislação estadual a definisse como Distrito Industrial, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís (n. 3.253, de 29 de dezembro de 1992) caracterizava a área como rural (Zona Rural II), o que impedia, efetivamente, a instalação do Polo. Assim, em fins de 2004, o então Prefeito Tadeu Palácio<sup>11</sup>, a pedido do governo estadual, enviou à Câmara Municipal um projeto de alteração da lei de zoneamento (Sousa, 2009, p.70). Tornava-se explícita a coalizão de interesses dos principais agentes econômicos e políticos.

O processo de alteração exigia, ainda, a convocação de audiências públicas. Cerca de 4.400 pessoas compareceram a um total de treze audiências<sup>12</sup>, que terminaram por referendar a mudança. Entretanto, os efeitos da contestação social (Hommel; Godard, 2001) proveniente de agentes diversificados já se fazia sentir. No curso das audiências, as chamadas áreas de preservação permanente, isto é, as nascentes e cursos d'água foram preservados, reduzindo a dimensão da nova zona industrial de 2.471 para 1.068 ha.

Já em fins de 2004, no esteio da exposição do projeto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Procuradoria Geral da República e à Companhia de Águas e Esgotos, a contestação social começou a ser materializar, agregando cerca de cinquenta organizações<sup>13</sup> em uma rede, o Reage São Luís. Lima acre-

---

10 Através dos decretos estaduais n°. 20.727, de 30 de agosto e n°. 20.781, de 29 de setembro. "Visando viabilizar o deslocamento daqueles que atualmente ocupam a área destinada ao polo, o Governo do Estado e a Companhia Vale do Rio Doce contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA para fazer o Diagnóstico Sócio-Organizativo da área. A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar com tinta preta e numeração as casas das famílias que deveriam ser deslocadas (com exceção dos povoados de Rio dos Cachorros e Taim, nos quais os moradores resistiram e impediram esta marcação)" (Sant'Ana Jr. et al., 2009: 32).

11 Carlos Tadeu d'Aguiar Silva Palácio (PMDB) foi chefe do Executivo Municipal entre 2002 e 2008.

12 Inúmeras denúncias de manipulação das audiências, como a participação de não moradores e omissão de informações técnicas e ambientais, foram apuradas (Rodríguez, 2006, p.21).

13 Associação Maranhense para Conservação da Natureza; Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão; Associação dos Geólogos do Maranhão; Associação de Saúde da Periferia; Cáritas; Central de Movimentos Populares; Centro Acadêmico 1º de Maio; Centro de Cultura Negra. Centro de Defesa Padre Marcos Passerini; Cepaib; Comitê Pró-Marcha Zumbi +10; Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz; Comitê de Defesa da Ilha; Comissão Pastoral da Terra/MA; Conselho Regional de Medicina-MA; Central Única dos Trabalhadores/MA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão; Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas; Fórum Carajás; Fórum de Saneamento Ambiental; Fórum Maranhense das Cidades; Instituto Maranhense de Recursos Hídricos; Instituto do Homem; Irmãs de Notre Dame de São Luís; Movimento de Saúde dos Povos; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Núcleo de Assistência Judiciária Negro Cosme; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/MA; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins; Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Mara-

dita que a mobilização promovida pelo Reage São Luís durante as audiências públicas foi decisiva na reconfiguração do projeto (2009, p.235), expondo suas debilidades a partir de um contradiscurso técnico.

Naquele momento, o Polo adquirira uma feição mais modesta<sup>14</sup>. As negociações avançavam entre a Vale, a Baosteel e a Arcelor para a construção de uma usina ou módulo com capacidade de 4,1 Mtpa. (expansível até 7.5 Mtpa.)<sup>15</sup>, que ficaria conhecida como Maranhão Steel. Em 2005, com vistas a apressar o processo, o governo estadual ainda criou o Grupo Executivo para Implantação do Polo Siderúrgico (GEIP) (Decreto n. 21.190, de 26 de abril).

Concorde-se aqui, com Lima, que explicita a associação entre a “classe média” que constitui o núcleo organizativo do Reage São Luís, atentando para a legitimidade conferida por seu *topos* sociopolítico no município e no estado; e uma base de apoio nas comunidades potencialmente afetadas<sup>16</sup> pelo Polo (2009, p. 236-237). Ainda que essa inserção comunitária seja questionável e questionada, o Reage São Luís, “ao defender o direito de alguns habitantes ao seu ambiente ‘natural’” (ibid., p. 237), isto é, ao contestar a violação dos direitos humanos (Rodriguez, 2006, p. 24-27) de populações tradicionais, o movimento o faz a partir de um aparato técnico-discursivo que expressa interesses pouco referidos a grupos específicos<sup>17</sup> e se apresenta como perito e, portanto, com iguais pretensões à legitimidade<sup>18</sup> desfrutada pelos agentes econômicos e políticos.

---

nhão; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Estado do Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luís; Tijupá; Talher/MA; União de Moradores do Taim; União de Moradores do Rio dos Cachorros; União de Moradores do Porto Grande; União por Moradia Popular (Lima, 2009, p.234).

14 A evolução recente da siderurgia mundial é limitada, dentre outras fatores, por sobrecapacidade produtiva e baixa lucratividade, o que projetara dúvidas sobre a viabilidade do GPI original e tornava pouco provável a formalização de acordos simultâneos entre a Vale e três grupos concorrentes.

15 A unidade ocuparia o “Terreno I do Sub-Distrito Industrial Siderúrgico de São Luís, uma área central do Distrito Industrial, com 1.000 hectares” (Rodriguez, 2006, p.20).

16 Com a redução de área, o deslocamento populacional no caso da implantação efetiva da usina se restringiria à Vila Cajueiro e parcela da Vila Maranhão, afetando diretamente cerca de 611 famílias (Rodriguez, 2006, p.24).

17 Nesse sentido, pode ser interpretada a atribuição diferencial de prioridade a projetos como o da criação da Reserva Extrativista (RESEX) do Taim. “A razão é que o Reage não é um movimento que nasce das comunidades e nem é dirigido diretamente por elas, mas um movimento voltado à cidade, disposto a intervir nas questões e dilemas mais abrangentes que a vida urbana possa oferecer” (Lima, 2009, p. 237).

18 A referida legitimidade pôde ser aferida com a moção contrária à instalação do Pólo, veiculada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): “A soma do impacto social causado e de todos os riscos ambientais envolvidos: possibilidade de contaminação de águas subterrâneas; poluição do ar e do solo; elevação da emissão nacional de dióxido de carbono; aumento do calor e das chuvas e geração de grande volume de rejeitos sólidos demonstram claramente que a Ilha de São Luís não suporta a implantação sequer de uma siderúrgica, quanto mais de três usinas de grande porte” (SBPC, 2004).

Em São Luís, o Polo, por seu caráter indutor da transformação estrutural, constituiu um evento (Sahlins, 1990) capaz de mobilizar lutas explícitas acerca da definição da cidade, alterando, fundamentalmente, as capacidades relativas de ação (no sentido de escopo da agência) de indivíduos, grupos, organizações e instituições. Concretamente, a dimensão ideológica de um evento potencial, a instalação do Polo, adquiriu precedência sobre as demais dimensões do desenvolvimento (econômica, política e social).

Nesse sentido, o evento em questão produziu uma transformação que ensaia o escopo associado à mudança estrutural que caracteriza o desenvolvimento econômico (Santos, 2010). Em São Luís, a morte cerimonial do Capitão Cook<sup>19</sup> precede a sua chegada (Sahlins, 1990), pois que engendra uma transformação das relações entre os agentes econômicos, políticos e sociais motivada pelo medo da tragédia maior: a alteração irreversível, que privilegia alguns em detrimento de outros. A ‘morte’, isto é, a negação cerimonial do Polo utilizou a imagem construída<sup>20</sup> do desenvolvimento econômico como tragédia generalizada para uma ilha ideal, isto é, um ‘ambiente frágil’.<sup>21</sup>

Nesse sentido, a despeito das condicionantes macroestruturais da siderurgia, as relações sociopolíticas que os agentes – sendo o Reage São Luís o agente matricial – estabeleceram e mobilizaram territorialmente, constituindo uma arena relacional (Santos, 2010, p.6), impactaram fortemente na regulação da atividade econômica e, particularmente das decisões de investimento e operacionais de grupos e redes de produção siderúrgicas (Henderson et al., 2002).

---

19 Marshall Sahlins (1990) reconstrói a chegada do capitão James Cook ao Havaí a partir do chamado problema da ordem, a oposição entre ação e estrutura. Segundo ele, a cultura havaiana operaria a incorporação da história ao mesmo tempo em que se transformaria por ela, através da mediação do evento, isto é, mediante a interpretação cultural da ação – neste caso, a chegada de Cook.

20 Claramente uma imagem construída a partir de evidências concretas, embora recolhidas e selecionadas ativamente através da ação de grupos de interesse (camadas médias urbanas, populações tradicionais, etc.) e de organizações, como o Reage São Luís, engajadas em um projeto – ou projetos – ideológico de desenvolvimento. Em realidade, a busca por projetos alternativos de prosperidade econômica é sempre uma luta entre projetos ideológicos daquilo que, profundamente, constitui a prosperidade. Por implicar transformações estruturais nas condições de vida de totalidades culturais fundamentalmente diversificadas, é grande, portanto, a probabilidade que esses projetos sejam moralizados e moralizantes.

21 Longe de negar a dimensão objetiva do risco socioambiental imanente à implantação do Polo na ilha, com problemas notórios de abastecimento de água, por exemplo, busca-se ressaltar a dimensão criativa da ação engajada dos agentes sociais que transforma o risco potencial em uma imagem socialmente penetrante, e consegue produzir efeitos práticos em termos de bloqueio da agência de ‘sujeitos’ poderosos como a Arcelor, a Baosteel e a Vale. Em outros termos, os movimentos sociais, isto é, os agentes economicamente relevantes representados pelo Reage São Luís, mediando e construindo um projeto ideológico anti-desenvolvimentista, bloquearam uma decisão de investimento de agentes tipicamente econômicos. No Brasil, considerada a proporção do investimento, este é, provavelmente, um caso único.

A moralização inicial do desenvolvimento econômico do Maranhão e, especificamente, de São Luís, como dependente da consolidação de sua ‘vocaçãõ’ siderúrgica<sup>22</sup>, encontrou um processo de mobilização sociopolítica efetivo na desconstrução do discurso desenvolvimentista das elites políticas e econômicas locais e estaduais. Desse modo, as decisões de investimento passaram a ser avaliadas, também moralmente: em termos técnicos, propriamente ambientais; e públicos, especificamente sociais.

A mobilização das relações sociopolíticas e a efetiva construção de uma arena sidero-logística no Maranhão reconstruiu socialmente o sentido do desenvolvimento, agregando, inclusive, suas pautas à legitimação da coalizãõ de *challengers* políticos que resultou na eleição de Jackson Lago (PDT) para o governo do estado em 2006 – deslocando a principal oligarquia político-econômica maranhense do exercício efetivo do poder. É apenas com referência à interseção entre a arena sidero-logística constituída e a conjuntura política estadual que se pôde compreender a posição governamental de ‘empurrar’ o empreendimento para Bacabeira, a cerca de 50 km da capital.

“A posição do governo de querer a implantação do empreendimento em Bacabeira, por onde passa a Estrada de Ferro Carajás, leva em consideração fatores como a minimização dos transtornos da relocaçãõ de moradores e preservação da área para outros possíveis empreendimentos de menor porte. Em São Luís, os custos ambientais e sociais são grandes em razão da poluiçãõ que o uso do carvão vai gerar, da enorme quantidade de água que vai consumir, além de ter de deslocar 14 mil pessoas”. (*Jornal Pequeno*, 2007).

O resultado prático da definiçãõ prioritária atribuída a um projeto similar da própria Vale e da Baosteel no estado do Espírito Santo em 2007<sup>23</sup> – também malogrado, com a saída do grupo chinês –, em detrimento da Maranhão Steel, só pode ser entendido à luz das relações sociopolíticas, centradas no Reage São Luís, que atuaram como fator de regulaçãõ social da açãõ econômica, isto é, das múltiplas decisões corporativas de investimento na ilha.

---

22 A “tentativa de instalar uma grande usina de aço em São Luís é antiga: remonta à época em que o Senador José Sarney (PMDB) [...] foi presidente da República, em 1985. Na presidência do país, Sarney criou Usina Siderúrgica do Maranhão (Usimar), projeto fadado ao fracasso” (Góes, 2005).

23 Assim, “[...] durante meses, a Vale do Rio Doce manteve conversas com representantes do Estado do Maranhão. Em algumas dessas reuniões, houve a presença, inclusive, de executivos da Baosteel. O principal impasse referia-se ao fato de o governo não concordar com a construção da usina, batizada de Maranhão Steel, na Ilha de São Luís. A sugestãõ foi o município de Bacabeira. Os sócios do projeto, no entanto, não gostaram da alteraçãõ, argumentando que o projeto poderia ser encarecido em US\$ 600 milhões. [...] Há algum tempo, rumores davam conta de que a mineradora já negociava com o Espírito Santo a nova unidade” (*Jornal do Commercio*, 2007).



## SIDERURGIA NO RIO DE JANEIRO: A TKCSA E OS PESCADORES ARTESANAIS DE ITAGUAÍ

Integrando o mesmo contexto de realocização geográfica da siderurgia, à medida que referências genéricas aos interesses da ThyssenKrupp – e aos do grupo italiano Riva – no Maranhão continuaram a ser feitas, o então Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) do estado do Rio de Janeiro, Maurício Chacur, afirmava em outubro de 2004 estar negociando com grupos nacionais e multinacionais, dentre os quais a própria ThyssenKrupp (Brandão Jr., 2004 a). Assim, em dezembro do mesmo ano, a própria CVRD confirmaria a assinatura de um memorando de entendimento com o grupo para a “possível construção de uma usina integrada de placas” em regime de *joint venture*, com 4,4 Mtpa. de capacidade, a ser denominada Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) (CVRD, 2004 a).

Desse modo, o projeto de implantação da ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda. (TKCSA) tornou explícita a centralidade do território ao sul do estado do Rio de Janeiro na formação de redes lideradas por grupos siderúrgicos e mineradores<sup>24</sup>. Assim como o Maranhão, o Rio de Janeiro – em especial em sua fração costeira sul, desfruta das condições necessárias para o implante de plataformas de exportação de redes globais de produção (RGPs) siderúrgicas (Henderson et al., 2002), como a do grupo ThyssenKrupp.

A TKCSA foi planejada de modo a não completar o circuito produtivo siderúrgico, de maneira que a laminação e demais processos de acabamento e agregação de valor fossem realizados em três diferentes sítios produtivos: o primeiro em Calvert, Alabama (EUA), através da subsidiária ThyssenKrupp Steel USA, Llc (TKSUSA); e os dois últimos em Duisburg e em Bochum, cidades situadas na Região Metropolitana do Vale do Ruhr, estado da Renânia do Norte-Vestfália, Alemanha. A planta norte-americana consumia cerca de 60% (3 Mtpa.) da produção de placas, sendo 40% (2 Mtpa.) dela destinada às congêneres alemãs, divisões do grupo ThyssenKrupp Steel Europe AG (TKSE). Além disso, a integração funcional da rede dispersa do grupo seria realizada de forma centralizada pela ThyssenKrupp Slab International B.V. (TKSI), que controlaria a gestão de suprimento e a comercialização intrarrede das placas a partir do porto de Roterdã, Holanda (Mattehws, 2010).

---

24 Uma síntese dos projetos com “maior possibilidade de apoio do Governo do Estado” estimava que a ampliação da capacidade de movimentação de carga da Baía de Sepetiba deveria atingir 205 milhões de toneladas por ano (Mtpa.) de minério de ferro, 17 Mtpa. de carvão, 1 milhão de contêineres/ano e 31 Mtpa. de carga geral e produtos siderúrgicos (SEDEIS, 2009: 7).

A celeridade com que o projeto passou das fases de planejamento à operacional apenas atestou a referida centralidade territorial. É importante lembrar que o grupo amadurecia sua estratégia locacional no Brasil desde pelo menos 2004, quando se viu envolvido nas discussões para a criação do Polo Siderúrgico de São Luís. A TKCSA iniciou suas operações em 18 de junho de 2010, tendo consumido US\$ 8,2 bilhões<sup>25</sup> e empregado até trinta mil trabalhadores durante as obras civis<sup>26</sup>.

A configuração da usina, implantada no DI de Santa Cruz<sup>27</sup>, município do Rio de Janeiro, conta com coqueria, unidade de sinterização, dois alto-fornos, aciaria e duas máquinas de lingotamento contínuo, que dão ao empreendimento a capacidade instalada de 5,34 Mtpa. de aço bruto – além das seguintes unidades auxiliares: Usina Termelétrica (UTE), Fábrica de Oxigênio (FOX), Unidade de Produção de Cimento e Pátio de Preparação de Escórias (PPE) (ERM, 2005, p.9).

A análise aqui empreendida se restringe, no entanto, a um vetor específico, a construção e início da operação do Terminal Portuário Centro Atlântico (TPCA)<sup>28</sup>, na transformação estrutural desta fração do território do Rio de Janeiro. O TPCA foi projetado para a importação de carvão mineral e para a exportação de placas de aço e possui 3,88 km de extensão, sendo dotado ainda de um píer de 700 m de comprimento e um berço de atracação<sup>29</sup>. Sua implantação dependeu também da abertura de um acesso marítimo e canal de evolução (3,9 km), através de obras de dragagem do fundo da baía.

---

25 Do valor total do empreendimento, R\$ 1,48 bilhão foi concedido como empréstimo a ser pago em 13,5 anos (Zborowski, 2008, p. 121).

26 A TKCSA estima que gerou, em média, cerca de 22.000 empregos diretos (com pico de 30.000) e até 120.000 indiretos ao longo do período de implantação. Sua fase operacional estima a criação de 3.500 diretos – dentre os quais 1.300 terceirizados – e de até 14.000 de forma indireta (Chamhum, 2010).

27 O terreno da planta (9 milhões de m<sup>2</sup>) se encontrava ocupado, desde dezembro de 1999, por 75 famílias (375 pessoas) ligadas ao MST. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da TKCSA reconhecia que a maioria das famílias procedia de Itaguaí e adjacências e praticava atividades agropecuárias de subsistência (Ecologus, 2005, p. 107-110). Segundo a ONG Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), durante as negociações acerca do reassentamento e das indenizações, conduzidas pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEIS) por cerca de um ano, a TKCSA cercou a área e passou a impedir o acesso das famílias, reproduzindo o padrão de relacionamento firma-comunidade estabelecido por empreendimentos previamente implantados na Baía de Sepetiba. Ainda segundo o PACS, a partir daí, as ameaças provenientes de órgãos públicos e profissionais prestadores de segurança privada para a firma se acentuaram, de modo que as famílias terminaram por abandonar o terreno (Pacs, 2009, p. 34-35).

28 O TPCA é um componente-chave do “Complexo Siderúrgico CSA” (ERM, 2005, p.5). A TKCSA compreendeu quatro obras independentes: a dragagem da Baía de Sepetiba, o aterro do terreno onde foi construída a usina siderúrgica, o terminal portuário e a usina em si. Assim, apresentou dois relatórios de impacto ambiental independentes (ERM, 2005; Ecologus, 2005).

29 A expansão prevista do TPCA abrange um novo berço. No entanto, o primeiro já possui capacidade para operar navios de grande porte, dos tipos Panamax (placas) e Capesize (carvão).

A chamada Área de Influência Direta (AID) compreendeu então, a “bacia de evolução, canal de acesso, o CDF<sup>30</sup> e o [próprio] terminal portuário” (Ecologos, 2005, p. 31) da TKCSA. Compreendendo também uma área adjacente com 500 m em cada uma de suas faces, a AID configurou uma zona ou “espaço de exclusão” (ibid.) para a pesca artesanal. Desse modo, a AID do TPCA opôs duas lógicas, a do uso consuetudinário do espaço originalmente público da Baía de Sepetiba, de um lado; e, de outro, a da comodificação de uma parcela significativa deste espaço e exclusividade de seu uso, deslegitimando e criminalizando demandas concorrentes de uso.

“No Canal do São Francisco, no Canal do Rio da Guarda, nós tínhamos uma facilidade maior de pegar os peixes. Então, com essa firma, a CSA, após ela ter feito o píer dela os peixes têm procurado mais os lugares de difícil acesso para o pescador, que são debaixo das estacas, entendeu, debaixo do píer. [...] Então o que acontece? O pescador entra lá debaixo e a firma aciona a Marinha. A Marinha... Federal... Eles veem e tiram o pescador. Aí quer dizer, a família do pescador necessita do pão de cada dia. [...] Então, o que o pescador vai fazer se não for correr esse risco? Nada! Alguns que só sabem pescar, eles não buscam outras coisas”. (Andres, 2010)<sup>31</sup>.

Dado o grau de ameaça à reprodução social deste grupo e, em função de sua desobediência explícita, a referida oposição transcendeu o âmbito discursivo e a violência simbólica características de processos similares de implantes industriais e logísticos, manifestando-se em conflito aberto<sup>32</sup>. O potencial escalar do conflito aberto entre as reivindicações de usos público e privado das águas da baía e suas hidrovias de acesso permanece elevado em face da publicização das decisões de investimentos de outros agentes minerários e siderúrgicos (CSN, Gerdau, LLX e UttSIMINAS), e também de outros setores (PETROBRAS e Marinha do Brasil) em terminais portuários de uso exclusivo na baía<sup>33</sup>.

---

30 A *Confined Disposal Facility* (CDF) foi a tecnologia de encapsulamento de material contaminado implementada pela TKCSA na Baía de Sepetiba.

31 Vítor Lopes Andres ocupava o cargo de Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais do Canal da Ponte Preta (APEITA), representando cerca de 50 famílias que vivem no entorno do Rio da Guarda e do Canal do Trapiche, um de seus tributários.

32 Um comboio da TKCSA (rebocador Guaratuba II e chata Marbela) atingiu o barco onde se encontravam dois membros da Associação de Pescadores do Canto dos Rios (APESCARI), Jorge Cerigni das Neves e Carlos Alberto Marques – que veio a falecer, no Canal de São Francisco, no dia 26 de abril de 2008.

33 “Você precisa ver o que ta projetado pra boca do Canal de São Francisco. É um emaranhado de porto tão estranho... [...] É um quase que dentro do outro. Vai ser construído o da Gerdau, da CSN, da USIMINAS, da PETROBRAS... Quer dizer... É muito porto. Basicamente, a saída, a boca do Canal de São Francisco vai ser fechada pelo porto” (Garcia, 2010). Marcos Garcia era Vice-Presidente da Associação de Barqueiros de Itacuruçá (ABIT) e Secretário da Federação das Associações de Pesca do Estado do

A implantação do TPCA – assim como dos terminais de uso privativo (TUPs) da LLX Logística S.A. (Porto Sudeste) e da Marinha do Brasil – exerce influência sobre os padrões de produtividade e, conseqüentemente, da remuneração do trabalho<sup>34</sup> na pesca artesanal. Associadas aos níveis prévios de poluição que caracterizam esta parcela da Baía de Sepetiba e, sobretudo, ao processo de dragagem para a referida implantação do TPCA e aterramento do terreno da TKCSA, as condições de reprodução social dos pescadores artesanais desta fração do território sidero-logístico do Sudeste foram seriamente ameaçadas.

Entretanto, o posicionamento congruente dos agentes econômicos e dos principais sujeitos políticos<sup>35</sup>, de um lado; e de outro, de uma coalizão de agentes sociais, marca uma oposição estrita, caracterizada pela ausência de processos dialógicos concretos na conjuntura contemporânea da arena relacional. A série de denúncias de violações<sup>36</sup> ambientais<sup>37</sup> (Pacs, 2009, p. 48-55), trabalhistas<sup>38</sup> e de direitos humanos que marcaram o processo de implantação da TKCSA são expressões deste vazio dialógico.

Rio de Janeiro (FAPESCA/RJ) e da Confederação das Federações de Pesca do Brasil (CONFAPESCA).

34 A FAPESCA, organização política ativamente interessada na arena relacional, estima que os rendimentos familiares dos pescadores artesanais sofreram decréscimo de até 70% (Pacs, 2009, p. 47).

35 Durante a inauguração da TKCSA, em 18 de junho de 2010, o Governador Sérgio Cabral Filho, proferiu um discurso que expressa com clareza a coalizão de interesses econômicos e políticos, ao menos nos níveis estadual e federal do Poder Executivo. “A ThyssenKrupp CSA é um investimento do qual o estado do Rio de Janeiro pode se orgulhar. É uma demonstração da confiança no povo brasileiro e no país, além de ser um investimento estratégico. O Rio de Janeiro está se transformando em um centro nacional e internacional de produção de aço e a ThyssenKrupp CSA está dando uma contribuição extraordinária neste processo. ThyssenKrupp e Vale são duas das principais companhias com reputação merecida de excelência em seus campos de atividade e juntas trarão prosperidade e crescimento econômico para o Brasil” (TKAG, 2010).

36 Uma discussão exaustiva das violações ambientais, trabalhistas e dos direitos humanos no processo de implantação da TKCSA pode ser encontrada nas competentes descrições processuais de Zborowski (2008) e Viégas (2007), e, também, nas de ONGs (PACS, 2009) e de órgãos de representação dos pescadores artesanais, que produziram um inventário e uma cronologia extremamente úteis do referido implante (CONFAPESCA; FAPESCA/RJ, 2008). Embora em muitos casos bem documentadas, por força da temporalidade dos procedimentos legais e dos conflitos entre os agentes econômicos, sociais e políticos, a grande maioria destas violações não foi reconhecida juridicamente.

37 Quanto às violações ambientais em geral, à supressão indevida de áreas de manguezal (cerca de 6 ha.), em particular, o Ministério Público Federal instaurou um Inquérito Civil Público (nº MPF/PR/RJ – 1.30.012.000035/2006 & 130.014.000069/2007) em 18 de fevereiro de 2008 para a sua apuração.

38 O episódio acerca da contratação de trabalhadores chineses pela TKCSA, através da subcontratada chinesa CITIC International Cooperation Co., Ltd. (CITIC), foi coberto extensamente pela mídia e, em grande medida, eclipsou as denúncias acerca das condições de trabalho nas diversas firmas subcontratadas para a execução das obras civis da usina e do TPCA. Após 120 pedreiros chineses terem sido encontrados sem registro de trabalho em janeiro de 2008, o Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) em 12 de agosto do mesmo ano, exigindo uma indenização de R\$ 40 milhões a TKCSA (O Globo, 2008). Antes disso, em 12 de maio, o MPT, motivado por denúncias de acidentes de trabalho e pelas condições de trabalho verificadas (escassez de equipamentos de proteção individual e outras medidas de segurança) na implantação do TPCA, interditará parte de suas obras. A empresa assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT em junho do mesmo ano (Confapescas; Fapescas/RJ, 2008, p.5).

A atuação de membros de milícias<sup>39</sup> na segurança privada da TKCSA constituiu, certamente, o principal fator da acusação<sup>40</sup> de violação dos direitos humanos imputada à companhia. De modo ilustrativo, a inclusão do pescador Luis Carlos de Oliveira no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal foi, provavelmente, a única forma de reconhecimento oficial, por parte dos níveis estadual e federal do Poder Executivo, da existência de risco físico e de conflito potencialmente violento entre o agente econômico matricial desta fração do território sidero-logístico – a TKCSA – e os agentes sociais e políticos locais. Segundo o próprio Luis Carlos de Oliveira, membro da APESCARI:

“Estou afastado da família, dos meus companheiros, tudo por causa de ameaças. Fui o primeiro que começou a reivindicação pelos nossos direitos e o primeiro a ser ameaçado, pessoalmente, assim, na minha cara, pelo Barroso<sup>41</sup>, falando que era para tomar cuidado porque a empresa era muito poderosa. [...] Logo que comecei a aparecer como liderança, que sempre fui, de pescadores, fui logo chamado e ameaçado. O que nós pedíamos na época era o direito de ter a nossa área de pesca. Porque tem alguns companheiros que ainda têm uma embarcação maior que pode sair mais para longe, mas a maior parte ali são barcos pequenos, a remo, que pescavam nessa área onde foi destruída. E fiz um protesto pacífico em frente ao portão da... Do canteiro de obra. E no primeiro dia que fizemos esse protesto esse cidadão, Barroso, foi o que veio me atender e que falou que nem ali eu poderia entrar para falar com ninguém; e daí começaram as ameaças. Vários telefonemas na madrugada me ameaçando. Tive que abandonar toda minha família, minha moradia”. (ALERJ, 2009, p.16-17).

Na realidade, a hegemonia conquistada pela versão contemporânea da promessa desenvolvimentista nesta fração do território estadual encapsulou, na escala local, o poder de ampliação da contestação social (Hommel; Godard, 2001). No entanto, é a partir do bloqueio de sua agência em nível local, que pode ser mais bem apreciado o desenvolvimento da mobilização sociopolítica e a formação de uma arena relacional neste território. Neste caso específico, a eficácia

---

39 Grupos armados paraestatais que detêm o controle de frações territoriais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e que, em geral, têm participação de agentes e ex-agentes do Estado.

40 A referida acusação, formulada por indivíduos e grupos sociais diversos, além de agentes políticos no nível local, engendrou a realização de duas audiências públicas. A primeira foi realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da ALERJ em 19 de março de 2009 (ALERJ, 2009). A segunda foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 21 de maio de 2009 (Brasil, 2009).

41 Roberto Barroso era o Chefe de Segurança do quadro de trabalhadores diretos da TKCSA na ocasião (ALERJ, 2009, p.10).

da contestação social demonstrou ser dependente de um processo de *upscaling* (Coe; Dicken; Hess, 2008) da moralização do fato econômico.

Nesse sentido, a mobilização sociopolítica espelhou a estratégia organizacional em rede que caracteriza a TKCSA de modo a transcender a escala local. Os agentes sociais engajados promoveram, assim, a associação entre a transformação estrutural e a constituição da arena relacional a temas e efeitos que transcendem a localidade. A contestação social se expandiu dessa forma, via transescalação ou transnacionalização da responsabilização (imputada) socioambiental. A capacidade de formação de coalizões transescalares tornou-se então, um mecanismo privilegiado de legitimação de pleitos locais.

“Isso era uma preocupação muito grande dos pescadores desde o início. – A gente tem que tirar do Brasil. Primeiro, porque a pressão quando vem de fora é maior. E segundo, porque se a gente ficar aqui não vai sair nada. É meio que blindado. A imprensa blinda. Todo mundo blinda. Os interesses tão muito alinhados. Porque você tem uma junção de forças em todos os níveis de governo, né?! [...] E a gente tomou isso meio como uma bandeira. – Vamos para fora”. (Kato, 2010).

No caso específico da TKCSA, os pescadores artesanais e, particularmente, suas organizações de representação, estabeleceram vínculos com outros agentes sociais e políticos, como a ONG PACS, que lhes proporcionaram a construção de uma rede transescalar relativamente extensa<sup>42</sup>, ainda que temporária. O apoio obtido assim, junto à Fundação Rosa Luxemburgo, ligada ao partido político alemão DIE LINKE (À Esquerda) e a mediação do próprio PACS permitiram a transnacionalização da contestação social dirigida à TKCSA.

O principal evento no qual denúncias formais contra a TKCSA foram apresentadas foi o Encontro Anual dos Acionistas da TKAG, em Bochum, Alemanha, em 2010. Neste evento, especificamente, a participação de ativistas do PACS e do pescador Luis Carlos de Oliveira, propiciada pela ONG Acionistas Críticos, evidenciou os padrões de compromisso fraco e de controle social sobre o território que a firma estabelecia, em detrimento dos agentes sociais e políticos locais. Segundo Karina Kato, a estratégia adotada representou “[...]”

---

42 Essa rede congrega, dentre outros grupos e organizações, a Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (ATTAC), o European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR), a Rettet den Regenwald (**Salve a Selva**), a Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika (FDCL) e, em especial, a Association of Critical Shareholders in Germany (Acionistas Críticos). O primeiro evento de preparação à formação desta rede sociopolítica de suporte à contestação da TKCSA foi representado pela participação de Karina Yoshie Martins Kato (PACS) na conferência sobre “Transnacionais e Direitos Humanos”, promovida pelo ECCHR, em outubro de 2008.

uma forma de você constranger a empresa no espaço dela. Dentro do espaço dela. Com os acionistas dela” (Kato, 2010).

A transnacionalização dos espaços de visibilização nos parlamentos alemão e europeu, assim como a formalização de uma denúncia contra a firma junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passos posteriores à denúncia veiculada na assembleia de acionistas, adensou a contestação social. Nesse sentido, ainda que alterações no comportamento corporativo da TKCSA ainda estejam por ser verificadas, a (re)localização da contestação produziu rachaduras no bloco político de apoio a este agente econômico matricial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da probabilidade de alterações ao nível do comportamento do agente econômico, os processos de desenvolvimento induzidos por atividades industriais e infraestruturais de magnitude significativa – grandes projetos de investimento (Vainer, 1990), supõem a moralização da atividade econômica. Os dois casos previamente apresentados constituem processos de constituição de arenas relacionais sociopolíticas.

Grandes projetos de investimento como o Polo Siderúrgico de São Luís e o “Complexo Siderúrgico CSA” (ERM, 2005, p. 5) possuem uma dimensão totalizante, de modo que não podem ser apreendidos unicamente como fatos e fenômenos puramente econômicos. A capacidade de transformação estrutural que portam, explicitada pela ameaça à reprodução social de enormes contingentes populacionais, é interpretada culturalmente como um evento.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico como transformação estrutural implica na conversão do fato ou acontecimento econômico em um fenômeno cultural complexo. O referido fenômeno é propriamente, um evento (Sahlins, 1990) capaz de instituir uma arena relacional própria, dentro da qual transitam agentes econômicos, políticos e sociais cujas ações importam, pois que são economicamente relevantes.

Isto não significa apenas que essa miríade de agentes não pode ser ignorada no que concerne à apreensão dos fatos comumente definidos como econômicos, mas, sobretudo, que os agentes sociais e políticos e as relações sociopolíticas que estabelecem na arena – nos dois casos apresentados, de natureza sidero-logística, são decisivos na forma adquirida pela economia concreta e seus fenômenos.

No primeiro caso, o Polo Siderúrgico de São Luís constituiu, apenas potencialmente, o fato ou acontecimento necessário à indução da formação da arena relacional. A coalizção de interesses de agentes sociais diversificados, ainda que com dois cortes discerníveis – camadas médias urbanas e populações rurais e/ou tradicionais – foi capaz, assim, de interpretar o fato econômico como uma ameaça compartilhada à reprodução social e às formas de vida. Foi igualmente capaz de questionar, a partir da constituição de um contra discurso tecno-científico, as bases de legitimidade do grande projeto de investimento.

Nesse sentido, os agentes sociais, capitaneados pelo Reage São Luís, e as relações sociopolíticas estabelecidas em torno do Polo converteram-se nos elementos decisivos no enfraquecimento e, no limite, ruptura da coalizção hegemônica formada por agentes econômicos (Arcelor-Baosteel-Vale) e políticos (governos municipal e estadual). Dessa forma, se, de um lado, a referida mobilização permitiu a conquista do Poder Executivo estadual por um grupo de *challengers* políticos; ela bloqueou a agência econômica e as estratégias corporativas e de rede de firmas e grupos transnacionais siderúrgicos e minerários, de outro.

No segundo caso, o complexo sidero-logístico da TKCSA, em função da estratégia locacional perseguida pelo grupo ThyssenKrupp, não foi capaz de produzir uma mobilização sociopolítica generalizada. Isto é, o fato econômico ou grande projeto de investimento TKCSA não foi imediatamente interpretado como uma ameaça generalizada; ficou restrito ao comprometimento da reprodução social de um grupo social específico, ainda que numeroso: os pescadores artesanais. Somada à solidez da coalizção entre o agente econômico matricial (TKCSA) e os agentes políticos (governos municipal e estadual do Rio de Janeiro e mesmo o governo federal), o pleito local dos pescadores artesanais permaneceu encapsulado.

Aqui, mais do que a tecnificação do discurso e da judicialização do conflito entre agentes sociais e a coalizção desenvolvimentista, o modo específico de expansão da contestação social foi o *upscaling* (Coe; Dicken; Hess, 2008) ou a transnacionalização. A mobilidade entre as escalas local e global vem sendo, nesse sentido, decisiva para os futuros desdobramentos do padrão de relacionamento entre a TKCSA, as diversas instâncias governamentais e os agentes sociais. Até então, a transnacionalização e posterior (re)localização da contestação social produziu efeitos mais visíveis no comportamento dos agentes políticos, que passaram a questionar o comportamento corporativo da TKCSA.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERJ. **Ata da 2ª Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009.
- ANDRES, V. L. (2010). **Entrevista**, 6 ago. 2010.
- BRANDÃO JR., N. Vale participa de siderúrgica no Maranhão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2004 a.
- \_\_\_\_\_. Siderurgia terá R\$ 60 bi em 5 anos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, (2004 b).
- BRASIL. **Ata de Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2009.
- CHAMHUM, H. ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico: condicionantes fiscais e financeiros. **Seminário Perspectivas e Condicionantes do Desenvolvimento do Setor Siderúrgico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FIRJAN, (2010).
- COE, N. M.; DICKEN, P.; HESS, M. (2008), Global Production Networks: realizing the potential. **Journal of Economic Geography**, 8, 2008, p. 271-295.
- COLLET, T. (2004) Maranhão pede recursos para nova siderúrgica. **Valor Econômico**.
- CONFAPESCA; FAPESCA/RJ. (2008). **Inventário da Atual Situação dos Conflitos Ambientais na Região da Baía de Sepetiba - RJ**. Rio de Janeiro.
- CVRD. (2004 a), CVRD e Baosteel assinam contrato para a avaliação de viabilidade de projeto. **CVRD**.
- \_\_\_\_\_. (2004 b), CVRD Assina Memorando de Entendimentos com a ThyssenKrupp Stahl. **CVRD**.
- DAMÉ, L. Maranhão: siderúrgicas saem do papel em abril, **O Globo**, 2004.
- DCI. Vale e Baosteel iniciam estudo para construção de siderúrgica, **DCI**, 2004.
- ECOLOGUS. **Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário Centro Atlântico**. Rio de Janeiro, 2005.
- ERM. **Relatório de Impacto Ambiental da Usina Siderúrgica da CSA**. Rio de Janeiro, 2005.
- FERRARI, L. Vale estuda investir em siderurgia no MS e no ES, **Gazeta Mercantil**, 2004.
- GARCIA, M. **Entrevista**, 18 jan. 2010.
- GAZETA MERCANTIL. Baosteel obtém empréstimo. **Gazeta Mercantil**, 2004.
- GÓES, F. Usina do Maranhão pode ficar só no papel, **Valor Econômico**, 2005.
- HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M., COE, N. M.; YEUNG, H. W.-C. (2002), Global Production Networks and the Analysis of Economic Development, **Review of International Political Economy**, v. 9, 2002, n. 3, p. 436-464.

HOMMEL, T.; GODARD, O. Contestation Sociale et Stratégies de Développement Industriel. Application du Modèle de la Gestion Contestable à la Production Industrielle d'OGM, **Cahier École Polytechnique, Laboratoire D'Économétrie**, 2001.

INSTITUTO AÇO BRASIL. (2014). **Números de Mercado: dados de mercado**. Disponível em: <<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/numeros/numeros--mercado.asp>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

JORNAL DO COMMERCIO. Vale e Baosteel vão construir siderúrgica no Espírito Santo, **Jornal do Commercio**, 2007.

JORNAL PEQUENO. Governo e CVRD discutem implantação de siderúrgica no continente maranhense. **Jornal Pequeno**, 2007.

KATO, K. Y. **Entrevista**, 19 jan. 2010.

LIMA, R. J. “Movimentos Sociais, Desenvolvimento e Capital Social: a experiência do Reage São Luís”. In: H. A. JÚNIOR; M. PEREIRA; E. ALVES; C. R. PEREIRA (Org.). In: **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís, EdUFMA, 2009. p. 225-252.

MAGNAVITA, M. (2004 a), Vale prepara uma nova siderúrgica no Maranhão, **Gazeta Mercantil**.

\_\_\_\_\_. (2004 b), Articulação para atrair novas usinas, **Gazeta Mercantil**.

MATTHEWS, R. G. Thyssen's High-Tech Relay. Steelmaker Uses Computer Networks to Coordinate Operations on Three Continents, **The Wall Street Journal**, 2010.

MONTELES, F. São Luís garante estrutura para ter usina, **Gazeta Mercantil**, 2004.

O GLOBO. Procuradoria entra com ação contra CSA por mão-de-obra chinesa irregular em Santa Cruz, **O Globo**, 2008.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro** (2a Edição ed.). Rio de Janeiro: PACS, 2009.

RIBEIRO, I. Consórcio finaliza estudos para megausina. **Valor Econômico**, 2004.

RODRIGUES, F. S. Vale e Baosteel definem usina. **O Estado de Minas**, 2004.

RODRIGUEZ, M. E. **Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: Informe 2005**. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, Rio de Janeiro, 2006.

SABOYA, N. Prioridade para o Brasil (Entrevista com Guy Dollé, Presidente da Arce-  
lor). **Correio Braziliense**, 2004.

SAHLINS, M. D. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; Pereira, M.; Alves, E.; Pereira, C. R. “A Resex de Tauá-Mirim, Grandes Projetos de Desenvolvimento e a Resistência Socioambiental: introduzindo o debate”. H. A. Júnior; M. Pereira; E. Alves; C. R. Pereira (Org.). In: **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**, São Luís, EdUFMA, 2009. p. 17-39.

SANTOS, R. S. P. **A Forja de Vulcano: Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro**. 2010. Tese de Doutorado, PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

SBPC. (2004). SBPC pede alteração da área de implementação do pólo siderúrgico no Maranhão. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=24001>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SEDEIS. Projetos Portuários Previstos Para a Baía De Sepetiba. Relatório Final do Grupo de Trabalho Instituído através do Decreto nº 41.504 de 03 de Outubro de 2008. **Relatório Técnico e Propostas**, 2009.

SOUSA, A. “O Ambiente, a Política e o Espetáculo: a lei de zoneamento e o projeto do Pólo Siderúrgico de São Luís”. H. A. Júnior; M. Pereira; E. Alves; C. R. Pereira (orgs.). In: **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**, São Luís, EdUFMA, 2009. p. 61-86.

VAINER, C. B. “Grandes Projetos e Organização Territorial: os avatares do planejamento regional”. S. Margulis (Org.). In: **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos**, Rio de Janeiro, IPEA, 1990. p. 179-211.

VIÉGAS, R. N. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro**: um estudo dos casos do projeto da Usina Termelétrica (UTE) de Sepetiba e do projeto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). 2007. Dissertação de Mestrado, PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ZBOROWSKI, M. B. **Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba**: o Caso dos Pescadores Atingidos pelo Processo de Implementação do Complexo Industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico. 2008. Dissertação de Mestrado, EICOS/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2008.